Abertura de conta na Suíça

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Os dois níveis de cliente

Os bancos suíços distinguem dois tipos de cliente do setor de ativos digitais. O primeiro é a sociedade que atua no setor, mas cuja conta receberá apenas moeda fiduciária de origens identificadas: um desenvolvedor de software remunerado por seus clientes, uma consultoria, uma fundação financiada por transferência bancária do instituidor. O segundo é a sociedade cuja conta receberá o produto de vendas de tokens, saques de exchanges ou conversões de tesouraria on-chain. O primeiro tipo consegue abrir conta na maioria dos bancos suíços em quatro a oito semanas, com um dossiê que explique o negócio. O segundo tipo consegue abrir conta nos bancos especializados e em uma lista curta de bancos cantonais e privados, em oito a dezesseis semanas, com um dossiê que rastreie cada franco até sua origem on-chain.

As diretrizes da Associação Suíça de Banqueiros (Swiss Bankers Association) de 2018 definiram as informações que um banco deve obter de uma empresa de blockchain. Além da diligência societária habitual, pedem o modelo de negócio e sua classificação regulatória, com a resposta da FINMA à consulta ou a filiação a um organismo de autorregulação (OAR), quando cabível. Pedem a origem do capital inicial e dos recursos que se espera que transitem pela conta. Pedem o conceito de prevenção à lavagem de dinheiro (PLD) da própria sociedade, se ela for intermediária financeira,

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

e os endereços de carteira dos quais partirão as conversões em moeda fiduciária.[1] No caso de uma sociedade de ICO ou de venda de tokens, as diretrizes esperam que a sociedade tenha identificado os participantes da venda segundo um padrão comparável ao do próprio banco. É por isso que o Capítulo V trata o onboarding de PLD dos participantes como condição do lançamento.

As perguntas e as respostas

As perguntas dos bancos tornaram-se previsíveis. Cada uma tem uma resposta que funciona e uma resposta que encerra a conversa.

Pergunta	Resposta que funciona	Resposta que encerra a conversa
O que a sociedade faz?	Uma descrição de uma página com a classificação regulatória e a resposta da FINMA ou a filiação a um OAR	“Infraestrutura Web3”
De onde veio o capital?	Extratos bancários e um relato da origem do patrimônio de cada fundador	“Bitcoin comprado cedo”
O que vai transitar pela conta?	Uma projeção de fluxo de caixa de doze meses por tipo e origem de contraparte	“Depende do mercado”
De quais carteiras serão feitas as conversões?	Uma lista de endereços de tesouraria com histórico on-chain e um relatório de análise	“De várias”
Quem são seus clientes?	Segmentos, jurisdições, padrão de onboarding, proporção de varejo	“Globais”
A sociedade tem contato com ativos de clientes?	Sim ou não, com o modelo de custódia e o status perante o OAR ou a FINMA	“Na verdade, não”

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Pergunta	Resposta que funciona	Resposta que encerra a conversa
Quem são os beneficiários finais?	Um organograma até as pessoas físicas, com documentos de identificação	Um organograma que termina em uma fundação sem qualquer outra explicação

A última linha merece um comentário. Uma fundação não tem beneficiário final no sentido de titularidade, por isso o direito suíço de combate à lavagem de dinheiro trata os membros de seu conselho como as pessoas controladoras a serem identificadas.[2] Um banco a quem se diz "a fundação não tem dono" entenderá evasão. Um banco que recebe a identificação dos membros do conselho, o estatuto da fundação, a confirmação da autoridade de supervisão e a finalidade entenderá que se trata de uma instituição bem administrada.

Comprovação da origem de recursos provenientes de cripto

A parte mais difícil de qualquer dossiê é a prova de que os recursos convertidos a partir de tokens são lícitos. O padrão que os bancos suíços aplicam consolidou-se em quatro elementos. Primeiro, os endereços de carteira de onde vêm os recursos, com um relatório de análise de blockchain de um fornecedor reconhecido que mostre a exposição desses endereços a clusters sancionados, da darknet, de mixers e de recursos furtados. Segundo, o histórico de aquisição dos tokens: extratos de exchanges que mostrem as compras, registros de mineração ou de validação, a documentação da venda de tokens no caso de alocações ou o contrato de trabalho no caso dos tokens com vesting de um fundador. Terceiro, a situação fiscal, ou seja, a prova de que os ganhos foram declarados onde o titular era residente. Para um titular privado suíço, é a declaração do imposto sobre a fortuna que mostra a posição. Para um residente em Singapura, é uma confirmação de que os ganhos eram de capital e de que nenhuma declaração era exigida. Quarto, um relato que conecte os três elementos em uma narrativa coerente.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Nota prática

Um fundador que pretende converter CHF 5 milhões em tokens com vesting por meio de uma conta bancária suíça no próximo ano deve preparar, antes de procurar o banco, um dossiê de origem de recursos com quatro seções. Seção um: o contrato de alocação de tokens, o cronograma de vesting e a prova on-chain das liberações de vesting para o endereço do fundador. Seção dois: um relatório de análise de blockchain sobre esse endereço e sobre todos os endereços pelos quais os tokens passaram desde o vesting, datado do último mês. Seção três: as declarações de imposto do fundador referentes aos anos de vesting, mostrando as parcelas como rendimento do trabalho em Zug ou em Singapura, com o imposto pago. Seção quatro: um relato de uma página. Um dossiê desse tipo leva de três a seis semanas para ser analisado por um banco. Um banco solicitado a aceitar os mesmos recursos sem o dossiê recusará.

Notas

1. Swiss Bankers Association, "Guidelines on opening corporate accounts for blockchain companies", setembro de 2018, seções 3 e 4 (requisitos de informação para sociedades com e sem financiamento por ICO ou relacionado a tokens). Parte F, Capítulo III. ↩
2. AMLO-FINMA, SR 955.033.0, art. 56, al. 1, e art. 64 (identificação das pessoas controladoras de pessoas jurídicas operacionais; no caso de fundações e associações, os membros do órgão de administração). Parte F, Capítulo III. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.